



PSICANÁLISE

Fabio Herrmann

Sobre os fundamentos da Psicanálise

Quatro cursos e um preâmbulo

Blucher

KARNAC

SOBRE OS FUNDAMENTOS DA PSICANÁLISE

Quatro cursos e um preâmbulo

Fabio Herrmann

Organizadora
Leda Herrmann

Sobre os fundamentos da Psicanálise: quatro cursos e um preâmbulo

© 2015 Fabio Herrmann

© 2017 Editora Edgard Blücher Ltda.

Imagem da capa: “Do Rio”, foto de Fabio Herrmann do rio Douro.

Equipe Karnac Books

Editor-assistente para o Brasil Paulo Cesar Sandler

Coordenador de traduções Vasco Moscovici da Cruz

Revisão gramatical Beatriz Aratangy Berger

Conselho consultivo Nilde Parada Franch, Maria Cristina Gil Auge, Rogério N. Coelho de Souza, Eduardo Boralli Rocha

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico,
conforme 5. ed. do *Vocabulário
Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março
de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial
por quaisquer meios sem autorização
escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela
Editora Edgard Blücher Ltda.

FICHA CATALOGráfICA

Herrmann, Fabio

*Sobre os fundamentos da Psicanálise:
quatro cursos e um preâmbulo* / Fabio
Herrmann – São Paulo : Blucher, 2017.

504 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-212-1104-4

1. Psicanálise I. Título.

16-1056

CDD 150.195

Índices para catálogo sistemático:
1. Psicanálise

Conteúdo

Preâmbulo – Andaimos do real: um ensaio de psicanálise crítica	17
Quatro cursos – Apresentação	125
Primeira Parte – Teoria dos Campos	
1. O que é a Teoria dos Campos (New Orleans, 2004)	129
1. O inconsciente	129
2. O método	148
2. O que é a Teoria dos Campos (Oslo, Tallin, 1999)	165
1. Método da Psicanálise	165
2. Clínica psicanalítica	175
3. O Mundo em que vivemos	187

Segunda Parte – Meditações Clínicas

A. Da clínica extensa à alta teoria	
1. Primeira meditação: a história da Psicanálise como resistência à Psicanálise	203
1.1. Os dados da circunstância	203
1.2. Psicanálise na Universidade	214
1.3. Associação Internacional, Sociedade de São Paulo	217
1.4. <i>Hórkos</i> ou “pelos charutos de Freud”	223
1.5. Psicanálise brasileira: necrológio da juventude	234
1.6. Resistência	238
2. Segunda meditação: o análogo	241
2.1. O tédio epistemológico	241
2.2. Quem? Hoje, Joyce	259
2.3. O pensamento de Freud e a Psicanálise: o atrito do papel	274
3. Terceira meditação: o tempo, o sujeito e a cura	291
3.1. Horizonte de vocação	291
3.2. Qual o tempo?	292
3.3. O sujeito no tempo da cura	295
3.4. Jogo de posições	297
3.5. Quanto tempo dura o tempo?	301
3.6. Quem faz o que é feito?	306
3.7. Campo de batalha	311
B. A intimidade da clínica	
1. Quarta meditação: intimidade da clínica	323
1.1. Panorama da Psicanálise	323
1.2. Sobre a verdade como tensão entre invenção e descoberta (I//V//D)	338

1.3. A intimidade da clínica	356
1.4. Estratégias	367
1.5. Os dois eus e seu tempo (lições da análise escondida)	384
1.6. Os três tempos da análise (o tempo ∞ e seus andamentos)	399
1.7. O suicida sem pontaria (um estudo de psicopatologia)	420
1.8. Três modelos técnicos	442
1.9. A última sessão	459
1.10. Visita aos sonhos (descuidar-se)	465
1.11. Visita aos sonhos (escrever-se)	473
Posfácio	491
Referências	499

1. O que é a Teoria dos Campos (New Orleans, 2004)¹

1. O inconsciente

Teoria dos Campos: uma Interpretação da Psicanálise

A Teoria dos Campos surgiu da reflexão sobre dois temas estreitamente ligados entre si: o inconsciente e o método psicanalítico. Trata-se, portanto, de uma *Interpretação da Psicanálise*, a partir da discussão crítica de seus fundamentos.

Meus primeiros escritos foram esboçados no fim da década de 1960, mas só começaram a ser dados a público nos meados dos anos 1970. Em 1976, apresentei à Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo o projeto geral de Andaimos do Real,² obra em três

1 Publicado em versão um pouco modificada na *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol. 38, n. 1, 2004. (L H)

2 Esse texto compõe o *Preâmbulo* do presente livro. (L H)

volumes, cujo primeiro livro, sobre o Método da Psicanálise, apareceria em 1979.

Hoje, a Teoria dos Campos faz parte do currículo de algumas Universidades brasileiras, o grupo que a pratica se encontra a cada dois anos, num Congresso Nacional, e tem conduzido pesquisas, das quais resultaram dezenas de teses acadêmicas, livros e artigos. Receio, no entanto, que seja quase desconhecida fora do Brasil.

Durante este curso, procurarei apresentar, de forma tão clara quanto possível, uma introdução aos problemas tratados pela Teoria dos Campos, seus princípios gerais e um panorama sintético de suas teorias. Tentarei ordenar estas exposições em torno dos dois eixos fundamentais, cuja reinterpretação gerou a Teoria dos Campos: na primeira parte, o *inconsciente*, na segunda, o *método psicanalítico*. Sendo um curso introdutório, não há como ultrapassar as questões mais fundamentais. Eu seria imprudente, e a exposição, dificilmente compreensível, caso passasse por alto das concepções mais antigas e básicas, para apresentar nossas linhas atuais de investigação. Reconheço que corro o risco de ser repetitivo para aqueles entre vocês que já me escutaram antes. Console-nos o fato de que até mesmo Freud, no fim de sua vida, tinha de expor suas teorias iniciais, voltando sempre aos *Estudos sobre a histeria*. Quando recebo tais críticas, em minha Sociedade, lembro-me sempre da queixa que faz aos pais o aluno repetente, contra a professora do primeiro ano: *como vocês querem que eu aprenda, se ela nunca consegue sair da cartilha...*

Inconsciente e consciência

Quando Freud criou sua noção psicanalítica fundamental, o inconsciente tinha como pano de fundo, para efeito de contraste, a noção de consciência comum àquela época; que, pouco mais, pou-

co menos, a confundia com razão, com a racionalidade comum atribuída ao adulto médio da civilização ocidental. O inconsciente, em contraste, seria uma região selvagem, povoada de impulsos desmedidos, violentos, antissociais, subjacente à consciência racional. Uma ideia revolucionária então, ainda que não sem precedentes na filosofia e na literatura, e ainda hoje profundamente perturbadora.

O problema com as ideias revolucionárias, como a do inconsciente freudiano, é que revolvem seu solo de origem, para o fertilizar. Muito daquilo que para Freud fazia parte de *suas teorias* é hoje fato cotidiano para nós, analistas, e caiu em domínio público, mesmo que o público raramente as domine. Um século de Psicanálise teve o efeito principal de destruir a identidade entre consciência e razão. Nesse trabalho de sapa, a Psicanálise teve como aliadas diversas correntes de pensamento crítico. A Fenomenologia, a Psicologia da Forma (*Gestalt*), a análise das ideologias por parte da Teoria Crítica (*Escola de Frankfurt*), o pensamento de Foucault e de seus seguidores, e tantas outras obras críticas com os quais a Psicanálise intercambiou influências diretas; além de inúmeros aliados eventuais, às vezes relutantes, vindos da filosofia e, quiçá sobretudo, da literatura. Desde Kafka e Joyce, a literatura do século XX não poupou a ilusão de racionalidade individual nem muito menos a de racionalidade social. Aquela consciência razoável que servia de contraste ao inconsciente freudiano simplesmente deixou de ser crível, antes de tudo em razão da própria crítica acumulada dia a dia pela clínica psicanalítica.

Seria muito pouco freudiano hoje, como já o era nos anos 1960, reservar ao inconsciente uma posição tão radicalmente distinta da consciência, como a vigente nos tempos da fundação. Parece, ao contrário, mais lógico e mais fiel às origens da Psicanálise que, uma vez superada a suposta transparência da consciência para si mesma, também se redefine a posição do inconsciente com res-

peito a ela. O inconsciente ocupa um lugar psíquico diferente do da consciência? Com certeza. Mas que lugar? Não, decerto, o de uma consciência paralela, capaz de desempenhar funções semelhantes, como memória, juízo, intenção etc. Não o podemos imaginar como sendo uma porção da consciência, apenas separada do conjunto pela repressão. Cabe-lhe melhor, a meu ver, a posição de uma das *condições gerais da consciência*. Mais eficaz que uma parede isolante, sua disposição incongruente no cerne da consciência impede o conhecimento direto. O inconsciente parece-me ser a própria consciência pelo avesso, operando suas regras na inapreensível espessura dos atos de consciência. Outro lugar, no sentido topológico, não no sentido geográfico; não devido a uma cisão provisória, mas por ser seu avesso topológico, portanto irreconciliável. Como o polo negativo de um ímã em relação ao positivo, o inconsciente sustenta toda e qualquer consciência, atrai-a, mas nela nunca pode ocupar lugar algum. Nem pode ser dela separado: tente-se cortar um ímã, até ficar só com o polo positivo, e se verá a impossibilidade. Não é propriamente um conjunto de representações censuradas, ou certos conteúdos afetivos condenáveis; mas uma lógica absurda e irredutível seria o inconsciente, cuja intromissão no curso ideativo o desqualifica radicalmente enquanto representação e processo mental consciente.

Interpretação da Psicanálise e generalização do inconsciente

Esta parte da *Interpretação da Psicanálise* pela Teoria dos Campos fará, entretanto, alguma diferença, ou será apenas uma nova metáfora para exprimir aquilo que já evocou tantas outras, como a freudiana, do auditório para onde tenta retornar, disfarçado, o elemento perturbador que havia sido expulso? Acredito que faça diferença, mas é melhor deixar a conclusão ao julgamento de vocês. A primeira e, talvez, a mais chocante das diferenças consiste

em que não só o fracasso das funções da consciência, como atos falhos e esquecimentos, deve ter sua lógica inconsciente explicada, senão também os êxitos, os rendimentos ditos normais, como a lembrança correta e os atos bem-sucedidos. Não só: *por que diabos me enganei?* – mas também: *por que diabos acertei?* É bem verdade que um ato falho ou um sintoma fazem soar a campanha de alerta de que é dotada a mente do analista e lhe facilitam sobremaneira o trabalho de decifração. Contudo, a experiência clínica acumulada não cessa de mostrar os matizes que medeiam entre esquecimento e lembrança, entre ato falho e realização. Vista em conjunto, por exemplo, uma série de atos bem cumpridos pode assemelhar-se singularmente a um ato falho monumental, desses que, proverbialmente, *fariam corar até um monge de pedra*. A consequência desta primeira *generalização do inconsciente* – não só considerar o patológico, mas também o normal –, decorrente de seu reposicionamento teórico, seria uma etapa no projeto freudiano de constituir, através da Psicanálise, uma ciência geral da psique. Será um projeto demasiado ambicioso para nossos ainda escassos recursos?

Generalização: inconsciente, inconscientes

Todavia, antes de encarar essa delicada questão, continuemos a perseguição das possíveis diferenças introduzidas por nossa *Interpretação da Psicanálise*. A imagem de uma *região inconsciente*, de uma “reserva natural”, em meio à civilização industrial, evoca de imediato uma sensação de unidade e convida a proceder à cartografia do inconsciente. Ao contrário, a de avesso dos atos de consciência sugere multiplicidade, sem mapa único. Ao que consta, Freud jamais tentou provar que o inconsciente fosse uma unidade: o problema não se punha para o descobridor. A multiplicação das escolas psicanalíticas escancarou a questão, pois resultaria

inconsistente somar o inconsciente kleiniano, de objetos parciais, às estruturas de Lacan, por exemplo. Mas este é apenas um indício marginal, de clara raiz histórica. Muito mais significativo é o fato clinicamente observável de, em momentos distintos de uma análise, surgirem desenhos diferentes do inconsciente, segundo a área psíquica explorada, que só um *tour de force* teórico conseguiria remeter um ao outro, e o conjunto às descrições tradicionais. Em parte, este é o desafio daquilo a que se convencionou chamar, com ou sem razão, de *novas patologias*. Contudo, bem observado, qualquer processo analítico mostra inconscientes diversos e também atos de consciência de qualidade muito diversa durante seu desenvolvimento. Um tanto por broma, costuma-se dizer que temos pacientes kleinianos, freudianos, lacanianos, bionianos, winnicottianos, os quais, às vezes, mudam de escola, de uma sessão para outra. Se tomarmos a sério a questão, porém, devemos admitir que, na maior parte do tempo, o material do paciente não se filia a escola alguma – o analista é quem o remete arbitrariamente. Da infinidade de configurações possíveis do inconsciente (se o concebemos como avesso indissociável da infinidade de possíveis consciências), apenas uma diminuta porção foi descrita por nossas teorias. Este é um fato que todos vocês devem ter constatado em sua clínica. A Psicanálise ainda está lambendo as bordas do prato de sopa fervente que a psique nos oferece, e tendo de soprar, de vez em quando.

Como seria melhor dizer: inconsciente ou inconscientes? Chegando a este ponto, temos de tomar uma decisão terminológica importante. *Inconsciente* sugere a unidade de uma província psíquica, *inconscientes* sugere as escolas psicanalíticas, o que tampouco é minha intenção, além de soar estranho (em inglês, mais até que em português).³ A solução que encontrei, há coisa

3 O curso foi preparado em inglês (L H).

de trinta e cinco anos, foi a introdução do termo *campo*. Este aceita o plural, não soa estranho, e, como na Física, designa a topologia determinante das condições concretas do espaço, da energia, da matéria, até do tempo. Pouco tem que ver, portanto, com campo perceptual, com Kurt Lewin, ou ainda com a admirável concepção do casal Baranger. Naquela época, esta última era pouco divulgada em nosso meio.

Inconsciente, inconscientes, campo, múltiplos campos. Para cada relação psíquica (ou ato de consciência), seu *campo*. No plural, *inconscientes relativos*⁴ (os inconscientes das relações psíquicas representadas na consciência), ou *múltiplos campos*. Entende-se, quero crer. Se nosso problema fosse apenas de nomes, estaria resolvido. Fica ao menos entendido por que Teoria dos Campos.

Porém, há algo mais. A demolição da consciência racional trouxe, como contraparte inevitável, a crise da individualidade da consciência. *Só eu sei o que sinto!* – é comum escutarmos de nossos pacientes. Verdadeiro e falso ao mesmo tempo. Ideias, sentimentos, até sensações são constantemente implantadas pela cultura de massa. Na realidade, aquilo que se segue àquela declaração individualista costuma ser algum sentimento bastante convencional, amplamente veiculado pela televisão, por exemplo. Ademais, a própria sentença – *Só eu sei o que sinto!* – é uma dessas coisas que todos dizem e com que todos concordam, faz parte de uma ideologia emocional *pseudossolipsista* muito em voga. Um pouco como o adolescente que reclama o direito de vestir-se do seu jeito, e copia o que todos os outros adolescentes usam, pois seu jeito individual é... *legião*, parodiando a sentença bíblica.

4 Cf. Herrmann, F. *Andaimos do Real: O Método da Psicanálise*, Casa do Psicólogo, 2001, 3ª ed. O tema do inconsciente no plural e dos inconscientes relativos já aparece no capítulo de introdução e segue tratado ao longo do livro. (L H)

Como vocês certamente já perceberam por conta própria, somos todos habitados por ideias sociais prontas e, o que é mais sério e menos notório, pelo equipamento que as fabrica. Este vasto *aparelho ideológico*, para usar a expressão corrente, equivale em função, eficácia e ocultamento ao inconsciente freudiano. Tudo se passa como se o indivíduo fosse o ponto de encontro e o efetor (a *via de descarga*, nos termos da época de Freud) de uma psique social extremamente complexa e contraditória. Ou, o que é igualmente verdadeiro, como se o indivíduo não fosse um indivíduo, mas uma série de participações culturais. Os males não vêm sós, depois de o *indivisível* ter sido dividido por Freud em instâncias e estruturas, deve ainda sofrer o vexame de ver negada sua singularidade radical. Aqui, podemos lançar mão, com proveito, de nossos próprios termos: o homem é produto de campos culturais, que agem interna e externamente, chegando a despojar inteiramente de sentido a distinção *dentro/fora*.

Enfim, nossa nave aproxima-se de um bom porto. Vislumbremos o quadro de uma consciência humana heterogênea, operando emocionalmente (não *afetada* por emoções, mas ela mesma intrinsecamente emocional) com mecanismos que costumávamos circunscrever ao domínio dos sonhos, da patologia, do inconsciente. Numa palavra, acredito que boa parte do que temos considerado inconsciente tenha sido simplesmente roubado por nós à consciência real, esvaziando-a de seus determinantes e identificando-a com uma atividade racional utópica. Este deslocamento da linha de corte entre inconsciente e consciência só foi possível realizar graças à alteração do fundo de contraste antes mencionado, alteração que a própria Psicanálise realizou. Do que resulta não estamos abrindo mão do exemplo freudiano: Freud toma como fundo a psiquiatria e a psicologia de seu tempo; nós, a psicologia e a psiquiatria do nosso tempo, ou seja, *nosso fundo de contraste deve ser a própria Psicanálise*.

Exemplos clínicos são longos e sutis. Para lhes dar uma simples ideia do efeito de contraste entre campo e inconsciente – ou seja, entre campo e *O Inconsciente* –, basta um episódio de fim de semana. Estava sentado, certa manhã de domingo, conversando com P. ao lado da quadra de tênis, quando L. se aproximou, convidando-o para jogar um *set*. P. aceita e, enquanto L. se prepara, segreda-me: *o L. acaba de perder para o H., se ganho dele agora, vai ficar doido...* Começa o jogo, P. ganha um *game*, dois, três. Na troca de lados, senta-se de novo perto de mim e confia baixinho: *se ganho mais um, fica 4 x 0 e o L. desmancha!* Faz 4 x 0. E, como eu bem previa, *o sujeito* se desmancha, só que *o sujeito* é P., não L. No seu rosto, o júbilo converte-se numa espécie de tédio, um desagrado em estar lá ganhando. No 4 x 5, que não demora, é saque de L.: P. devolve três duplas faltas seguidas do adversário, para acelerar a perda do *set*.

Minha predição interior não tinha como estar errada. P. não suporta ganhar. O sorriso de prazer com que disse que L. ficaria doido, o risinho de gozo triunfante do 4 x 0 e *ele desmancha*, melhor que qualquer oráculo, profetizam sua derrota. É que o masoquismo edipiano, quando, aos três anos... Mas, esperem. Eu não tenho a menor noção de como foi a infância de P. nem ele é meu paciente, aliás, só parceiro de tênis. Que história é essa de masoquismo edipiano dos três anos? Mesmo assim, eu sei. O H., que nem sequer é analista, também sabe, tanto que trocamos um sorriso cúmplice. E L. deve estar farto de saber, visto que o convidou para jogar, e não a mim, por exemplo. Só ele, P., parece não saber. Diz-se comumente que a pessoa não sabe que sabe, que tem um conhecimento inconsciente. Errado. Ele sabe muito bem que não sabe, sabe que não pode deixar de ignorar e não admite revelações.

Na realidade, nós não estamos apenas na quadra, estamos também no campo. Este campo envolve a todos nós, torna óbvia a

predição, que também é uma das relações do campo, se me faça claro. É um campo inconsciente, mas não exatamente aquele inconsciente que a teoria descreve com certa solenidade. Determina nossas consciências, no modo da ignorância, em P., do desfrute, em L., da pena (e certa ironia), em H. e em mim. E determina a pequena comédia socioesportiva que, com variações irrelevantes, repete-se a cada semana. Vocês conhecem bem este tipo de campo, ou algum outro equivalente dos seus fins de semana, não é verdade? Sabem que uma das determinações inelutáveis da consciência é não conseguir deixar de saber, os três, e não conseguir deixar de não saber, o quarto (P.). E isso constitui um campo social e individual, é consciência determinada e *inconsciente recíproco*, ou como também se diz, *destino*. Previsível, inevitável.

Concluindo: além das teorias tradicionais do inconsciente, precisamos de boas teorias desse tipo de campo. A Teoria dos Campos trata de criar algumas condições metodológicas e teóricas para tal generalização da psique. Essa ciência geral ainda está em obras. Quando terminada, gostaria de a ver chamar-se: *Psicanálise*. Mas isso depende de nós.

Primeiras análises de campos

Meus primeiros ensaios de análise de campos foram dirigidos a constituições bem simples, nas quais, porém, sujeito e mundo até certo ponto se confundiam, bem como inconsciente e consciência. Estudei primeiro o mundo dos apólogos bíblicos, em especial as histórias de Tobias, Judite e Jó, depois os *Contos* de Perrault. Expor o procedimento seguido seria antecipar o próximo item, sobre o método, mas posso resumir o resultado obtido em dois pontos. Para fins práticos, os *mundos* do apólogo e dos *Contos* – as coisas inanimadas, os animais, as pessoas, as forças naturais e sobrenaturais – constituem personagens, tanto quanto os protagonistas, di-

gamos. As coisas *sofrem de humanidade*, é justo empregar aqui essa expressão, elas nunca aparecem gratuitamente, possuem intenções e automatismos de comportamento, tanto os protagonistas, como o mundo circunstante, que nunca é mero palco da ação. Se Jó possui bens e filhos, é para os perder e recuperar multiplicados, se há uma chave no *Barba Azul*, esta é delatora por profissão. Buscando uma regra inconsciente de constituição desses mundos, fui surpreendido – este é o segundo ponto do resumo – pela constatação de um estranhíssimo princípio geral de constituição. Cada vez que um estado atinge seu ponto máximo, ocorre um clímax reverso. Alguma ocorrência, percalço ou peripécia faz com que o estado seja ultrapassado quantitativamente, desencadeando-se o estado qualitativamente oposto. Tobias e Jó, para ficar no caso mais simples, perdem tudo, mas quando o primeiro renuncia ao filho e o segundo, à boa consciência, o sinal se inverte e a miséria vira riqueza. A essa *regra inconsciente* do campo do mundo das fadas e daquele das figuras bíblicas, denominei *princípio do absurdo*. Este rege até mesmo o personagem *Deus*.⁵

Algumas contribuições da Teoria dos Campos

O reposicionamento – e a conseqüente generalização – da noção de inconsciente produziu resultados interessantes ao longo desses anos, de molde a não decepcionar minhas expectativas. Acima de tudo, resultados clínicos, que procurarei apontar brevemente ao discutir com vocês o método psicanalítico. A investigação da vida cotidiana e da psicopatologia, que se vê de hábito dilacerada

5 A análise aqui resumida dos apólogos bíblicos e dos contos de Perrault compõe a segunda parte do livro de Herrmann, *Andaimos do Real: Psicanálise do Quotidiano*, Casa do Psicólogo, 2001, 3ª ed. Faz parte, também, do texto que abre este livro, “Andaimos do Real. Um ensaio de Psicanálise crítica”, escrito em 1976. (L H)

pelo dilema entre psicologia e sociologia, encontrou também soluções originais. Noções como *rotina* e *absurdo*⁶ puderam receber tratamento psicanalítico mais rigoroso a partir de então, esclarecendo-se melhor também o sentido psicanalítico dos pares *real/realidade*, e *desejo/identidade*. Exploramos as funções psíquicas de *representação* e *crença*, a partir dos anos 1980, assim como sua patologia.⁷

O estudo da relação entre realidade e identidade tem despertado um interesse especial entre os colegas dedicados à Teoria dos Campos, com estudos que vinculam essa relação a certas formas de patologia; por exemplo, sobre a *rebeldia na adolescência* (mostrando que o objeto da oposição constitui o núcleo identitário futuro) e sobre a *generalização do conceito de adição*, como a adição a dietas, às *grifes* de prestígio e, ultimamente, a *adição vazia*⁸ – o campo

6 Também em *Andaimes do Real: Psicanálise do Quotidiano* (op. cit.), Herrmann procede à investigação de aspectos da vida quotidiana que têm como um dos pontos de apoio as noções de rotina e absurdo, apresentadas no primeiro e no último capítulos e anunciados no texto referido de 1976. Rotina é tomada como uma função opacificadora das camadas produtoras das representações mentais de identidade e de realidade, isto é, o absurdo. Tais representações por darem a impressão de serem só aquilo que mostram, tornam-se parciais e rotineiras. (L H)

7 Meu trabalho fundamental sobre a crença, *O escudo de Aquiles*, foi apresentado à SBPSP na abertura dos trabalhos científicos de 1985 e no IPAC de Montreal, em 1987. Antes, fora submetido ao IJP, que, para minha surpresa, o recusou, explicando que o tema dizia respeito à filosofia, mais que à Psicanálise. Posteriormente, foi retomado em *Clínica Psicanalítica: A Arte da Interpretação* e, finalmente, em *Psicanálise da Crença*, terceiro volume de *Andaimes do Real*. (O primeiro foi publicado em 3ª edição pela Casa do Psicólogo, 2003, e o último pela mesma editora, em 2ª edição, póstuma, 2006 – L H.)

8 As investigações sobre adolescência, adições e campos do social, de que participam vários colegas da Teoria dos Campos, têm-nos conduzido à ideia de que, mais que frente a novas patologias, estamos diante de um período de crise da psicopatologia psicanalítica. Prisioneira da órbita do par neurose/psicose,

da adição sem objeto predeterminado. No domínio estrito da psicopatologia, foi possível construir uma teoria específica do *limiar delirante*, ou seja, da condição psíquica desencadeante do delírio.⁹

Examinando a contribuição da Teoria dos Campos, do ponto de vista daquilo a que, tradicionalmente, se chama de *teoria do psiquismo*, correspondente ao aparelho psíquico da metapsicologia freudiana, destacaria uns poucos tópicos, nos quais não pretendo estender-me. Como tendência geral, as noções freudianas mais abarcantes, aptas a solucionar qualquer problema teórico, caso dos impulsos, dos princípios de funcionamento mental etc., têm sido postas em tela de juízo. Como direttriz pessoal (mas isso veremos melhor na segunda aula, sobre o método da Psicanálise), não me parece razoável aplicar procedimentos dedutivos à Psicanálise, nossa *ciência artística* da interpretação, ou recombinar conceitos abstratos. As grandes construções teóricas de Freud, segundo penso, são exemplares quanto à aplicação do método de conhecimento que criou, mas estão longe de descrever órgãos da mente ou a realidade de um aparelho psíquico, o qual, mesmo como metáfora, continua a ser tão desconhecido quanto problemático. Para lhes dar um exemplo. A noção de pré-consciente parece-me corresponder

adapta-se mal aos ajustes introduzidos, como o conceito de *borderline*. Aparentemente, estamos à beira de uma *nova psicopatologia*.

9 A teoria do *limiar delirante* baseia-se em dois conceitos que vinha desenvolvendo desde o começo dos anos 1970: *sentido de imanência* – conceito que define a garantia pré-representacional da identidade, enquanto a *crença* responde por sua garantia representacional – e *patologia dos possíveis* – o estado de confusão da hierarquia psíquica das possibilidades de ser. Só a falha simultânea dessas duas áreas abre as portas ao estado delirante. (O conceito de limiar delirante é trabalhado no artigo “43 de abril ou o drama ridículo de Aksenti Ivanovitch, de *O Divã a passeio: À procura da Psicanálise onde não parece estar*, Casa do Psicólogo, 2ª ed., 2001, pp. 223-249, e também aparece no terceiro capítulo no livro *Psicanálise da Crença*, op. cit., pp. 125-171 – L.H.)

menos a um ponto de passagem entre inconsciente e consciência que ao lócus de certas funções. É o caso da *crença*, por exemplo, a *função de asseguramento da representação psíquica*. Quanto aos conceitos energéticos, tenho preferido vinculá-los à *energia de posição*, significando, com isso, as forças estruturais decorrentes da forma intrínseca de cada campo.

Outro pequeno exemplo teórico de nossa *Interpretação da Psic canalise* pode vir a ser útil. Seguindo indicações dos trabalhos de Freud da década de 1920, assim como outras procedentes da teoria kleiniana dos objetos internos, dediquei um de meus livros ao estudo da *duplicação sub-reptícia do eu no processo intrapsíquico*.¹⁰ Em essência – que creio ser o bastante para avaliar qual o estilo crítico da Teoria dos Campos –, sustento ali que o conceito estrutural de ego parece estar na contramão do grosso dos demais, tais como o de repressão (*Verdrängung*), negação (*Verneinung*), cisão (*Spaltung*) etc., os quais exprimem impedimentos ou, de maneira ainda mais ampla, negatividades. Fosse o ego tão parecido ao herói da tragédia grega, que enfrenta toda sorte de adversidades e obstáculos, estaríamos perigosamente próximos de uma mitologia, como o próprio Freud foi o primeiro a reconhecer. Com efeito, a vida mental opõe constantemente sujeitos psíquicos conflitantes. Mas onde estaria o eu (*das Ich*), em cada campo? A solução encontrada foi supor uma constante duplicação do eu, ou seja, agentes psíquicos não necessariamente identificados com qualquer das três estruturas fundamentais (id, ego, superego), mas, em geral, sem conceito ou teoria. De forma teoricamente mais econômica, para a maioria das situações de conflito interno, basta conceber a interação de duas posições do eu, sem que nenhuma delas represente cabalmente a identidade – o *self*, o indivíduo. O corolário

10 Trata-se de *A Psique e o Eu*, HePsyché, 1999. (L H)

dessa concepção teórica é a *noção posicional de sujeito psíquico*: ocupando tal posição transitoriamente, núcleos representacionais distintos assumem o papel do eu. Não havendo tempo para discutir as razões e as consequências práticas desta reconceitualização, apresento-a tão somente a título de modelo da crítica teórica da Teoria dos Campos.

Espero, aliás, não os ter confundido com as referências feitas a algumas de nossas linhas de investigação. Não seria este o lugar para dissertar sobre os progressos (e fracassos) de nosso ramo do movimento psicanalítico, embora esteja disposto a responder, com grande prazer, a qualquer pergunta que venham a fazer. Não obstante, se não lhes acenasse com algum tipo de resultado prático, vocês estariam no direito de se julgar diante de mais um dos tantos ensaios acadêmicos que pretendem virar toda a Psicanálise de ponta cabeça, sem saber qual é o lado de cima – *Ἄνω κάτω πάντα*, como se encontra no *Teeteto*. Ou, quem sabe, fosse eu mesmo a julgar, pois, em minhas funções universitárias, volta e meia sou confrontado com projetos do gênero. Para afastar de vez essa impressão, gostaria que me permitissem finalizar nossa conversa inicial, contando-lhes uma experiência de investigação concreta que, a meu ver, reúne vários aspectos característicos do espírito da Teoria dos Campos.

Psicose de ação, regime do atentado

No final dos anos 1970, minha atenção foi despertada pelo atendimento de alguns pacientes de um tipo bastante peculiar, cujo traço distintivo era um incremento assustador da atividade prática, porém desordenada e lábil. Trocavam rapidamente de projetos e, o que me impressionava especialmente, só conseguiam manter sua ação quando desafiados por dificuldades ou por alguma oposição

pessoal. Ainda mais chamativo é que essa ação desmedida e concentrada, no âmbito profissional, amoroso, de aquisições materiais (ou até em atividades esportivas, ginástica, dietas), tinha o caráter nítido de um *atentado*. De tempos em tempos, surgia um inimigo diferente – um concorrente, a mulher, ou até o colesterol –, tal como seria de se esperar de uma psicose paranoica. Só que tais pacientes não apresentavam qualquer manifestação delirante na esfera ideativa: sua psicose, se assim coubesse dizer, restringia-se a ser uma *psicose de ação*.¹¹ Também os atentados, apesar de se dirigirem a alguém ou a alguma instituição, e de serem tramados com cuidado meticuloso, pareciam voltar-se sempre contra o próprio autor, o que levava a pensar em atentados masoquistas. Um desses pacientes, por exemplo, tinha o hábito de casar-se e separar-se seguidamente, trabalhando o resto do tempo, enlouquecidamente, para sustentar seu punhado de ex-mulheres. Outro geria sua empresa de maneira tão paradoxal que, em dada ocasião, surpreendeu-se instigando uma greve contra si próprio. Creio que isso lhes dá uma ideia da estranheza dos casos.

A análise mostrava pessoas de elevada impulsividade e dadas a transportes afetivos, cuja contenção era tão violenta quanto o ataque, e sem a menor capacidade de elaboração emocional, nem sequer de *representação das emoções*. Esta também se manifestava em atividade sôfrega, ou, o que quase dava no mesmo, em períodos de lassidão e preguiça. Um deles (esses pacientes eram todos homens, dado significativo) ficava largado a ouvir música clássica em seu escritório, recusando-se a receber seja lá quem fosse. Outro só conseguia perceber que estava relaxado se estivesse girando nas mãos um copo de uísque com gelo, que nem precisava beber.

11 O tema da psicose de ação foi trabalhado na 3ª parte do livro já citado, *Andaimes do Real: Psicanálise do Quotidiano*, op. cit. (L H)

Por outro lado, a raiz da identidade estava seriamente comprometida em todos os casos. O *ex-marido exemplar* sofrera uma crise de despersonalização, um tanto atípica, que precipitara sua procura de análise. Certa manhã, ao barbear-se diante do espelho, pôs-se a falar com sua imagem, como de costume. Dessa vez, porém, pareceu-lhe que o reflexo não acreditava em uma palavra do que dizia. Experimentou mudar de idioma, falava vários, porém a resposta era sempre a mesma: não acredito em você!

Certas conclusões a que ia chegando na investigação dessa patologia, para mim ainda inédita, foram aos poucos iluminando minha compreensão de alguns acontecimentos do mundo social, entre os quais se destacavam atentados de verdade, culminando pelo ataque ao papa João Paulo II, em 1981. A análise conjugada das duas ordens de fenômenos terminou por evidenciar um quadro deveras preocupante. De novo, os detalhes da investigação e dos resultados não caberiam nesta exposição introdutória. Vale a pena salientar apenas os contornos gerais da conclusão a que fui conduzido, nos trabalhos publicados entre 1982 (*L'Attentat, Cahiers Confrontation*) e 1985 (*Andaimes do Real*, Vol. II, *Psicanálise do Quotidiano*),¹² malgrado minha compreensível resistência em aceitá-la.

O sujeito contemporâneo já nesse tempo vinha sendo submetido a certo tipo de exigência contraditória muito maligna. Por um lado, sua potência de ação, pessoal ou grupal, fora drasticamente reduzida pela complexidade e automação dos mecanismos políticos e econômicos, pela vitória irresistível da representação por imagem sobre o pensamento reflexivo e pelo simples tamanho das

12 Esse livro em versão ampliada teve duas edições posteriores, em 1997 pela Editora Artes Médicas e em 2001 pela Casa do Psicólogo. (L H)

sociedades urbanas. Eram forças demasiado grandes para que simples pessoas ou grupos sociais pudessem decidir seus rumos. Por outro lado, o indivíduo era instado a identificar-se com o aspecto mais emblemático do próprio sistema, ao qual fizera oblação de sua potência, ou que simplesmente a roubara: para desfrutar de algum valor ontológico, o homem teria de ser autônomo, senhor de seu destino e do destino de seu mundo, e sobretudo eficaz – como direi? –, eficaz como uma máquina, na qual ideia e ato não se distinguem. Tendo perdido sua raiz no pensamento, porquanto este era constantemente infiltrado pela comunicação de massa, via imagem, o ato humano parecia haver-se introvertido, até se transformar em *ato puro*: o ato cuja razão é sua eficácia.

No entanto, a erosão do vínculo entre pensamento e ato fatalmente despoja o sujeito do sentido de ação própria. Nessas circunstâncias, a ação humana só pode manter seu cambaleante prestígio ontológico – e o sujeito o dele – na exata medida de sua eficácia imediata e durante sua execução. Logo depois, entrará no circuito imagético da propaganda, que captura seu sentido para os fins que lhe são próprios e segundo sua própria racionalidade. Assim como as bactérias assumem a forma de cisto para sobreviver num ambiente inóspito, o ato humano parece ter-se restringido a uma *forma de resistência*, imune à distorção de seu sentido, por ter renunciado a ele. Isso equivale a dizer que o ato sobrevive, porém representando apenas aquilo que realiza. Ou, tudo posto numa palavra, como *atentado*.

A descaracterização e a fragmentação dos grupos sociais, como forma de controle de massa e em escala mundial, reduzia ao mínimo a dimensão do sujeito social empenhado na ação. A oposição a tal controle, no mesmo campo, só poderia repetir suas regras, fazendo com que o sujeito do atentado tendesse a zero. Ficava, pois, compreensível a psicose de ação que acometia meus

pacientes. Porém, o trabalho de interpretação já resultara então no delineamento de um quadro futuro, em que o regime político dominante não mais poderia contar com o peso da participação social, sendo esta substituída por atos de extrema eficácia pontual, cujo sujeito, fosse o da ação repressora, fosse o da ação terrorista, teriam renunciado à sua substância. Num caso, limitando-se a política ao controle do mundo, no outro, renunciando o opositor à liberdade ou à vida. Ao regime político que começava se desenhar então, no começo dos anos 1980, cabia perfeitamente a meu ver o nome de *regime do atentado*.¹³ A psicose de ação seria, portanto, um reflexo antecipado e em ponto pequeno, na vida individual, do regime do atentado. A tal conclusão pessimista conduziu-me a análise do campo emergente.

Ainda que pouco possamos fazer na prática para impedir a expansão do regime político do atentado, hoje plenamente instalado, ao que parece, não será inútil talvez a consciência retrospectiva do recurso de predição interpretativa, brindado pela noção de campo. Ou será inútil? Quase se pode escutar a erudita voz de Freud, advertindo-nos com este provérbio de fina ironia helênica: *na presença da ursa, não procures suas pegadas!* Ainda assim, foi o próprio Freud quem inaugurou o estilo de análise que transita entre psiquismo individual e cultura, sem perder o rigor. Nesse sentido, a Teoria dos Campos nada faz senão seguir o caminho traçado.

13 A Teoria dos Campos tem investigado diversos campos sociais. Dentre os campos dominantes mais gerais, de conotação gravemente patológica, contam-se, por exemplo, além do *regime do atentado*, estudos sobre o *processo autoritário*, o *regime da farsa* e o *trauma da psique do real pela tangência à extinção da humanidade (trauma do fim do mundo)*. Alguns desses estudos figuram em meu livro *Psicanálise do Quotidiano* (op. cit.).

2. O método

O método e os estilos psicanalíticos

A palavra método nunca foi muito usada na Psicanálise, e, quando Freud a empregava, era em geral para designar o tratamento que inventou – como no artigo: “O método terapêutico de Sigmund Freud”. Os relatos que dele nos chegam, próprios ou testemunhais, debuxam um quadro de tocante simplicidade de procedimento, quase uma conversa natural, dentro da pesada moldura vitoriana do ritual de deitar, fechar os olhos, relaxar, procurar fazer associações sobre certos pontos, enfrentar resistências e não escamotear informações ao analista. Freud conversava com seus pacientes, argumentava, às vezes ensinava. Eles se esmeravam em lhe trazer sonhos, prezados como preciosas amostras histológicas do tecido do inconsciente. Sonhos, sintomas, recordações da infância e a própria relação com o médico eram explicadas a partir de suas teorias sobre a sexualidade infantil, sobre o sentido simbólico de certas representações psíquicas – por exemplo, *um mantô, no sonho de uma mulher, pode representar o homem que a cobre e protege (Novas conferências introdutórias)*¹⁴ –, sobre o aparelho psíquico e a neurose.

Depois, como vocês sabem, a análise se transformou substancialmente. Uma sessão lacaniana típica, a crer nos seus praticantes, aproxima-se mais de um enigma, como um fragmento de palavras cruzadas, resolvido sem a ajuda da matriz quadriculada e da enumeração dos conceitos. Uma semana de processo analítico kleinia-

14 Freud, S. (1929). Revisão da teoria do sonhar. In *Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise*. Trad. Paulo César de Souza, Sigmund Freud – Obras completas, vol. 18, Companhia das Letras, 2010, pp. 148-9. (L H)

no é uma série de traduções das metáforas transferenciais que o analista acredita poder distinguir no relato do paciente, transbordante de *pathos* e emoções extremas, denunciadas por pequenos sinais. O caráter das teorias também mudou em igual medida. O freudismo lacaniano abstraiu e enfatizou ao mesmo tempo as concepções originais: o medo do menino de ser castrado converteu-se na *Castração*, uma espécie não kantiana de categoria *a priori* da razão psicanalítica; enquanto a teoria kleiniana embrenhou-se na selva primitiva das emoções básicas e dos mecanismos da primeira infância. Para usar de uma comparação – que se poderia facilmente prestar a interpretações ambíguas, como todas as comparações –, se uma das sessões de Freud poderia ter sido retirada de Ibsen, uma kleiniana teria sido escrita talvez por Tennessee Williams, enquanto uma sessão lacaniana seria uma das peças miniaturais de Beckett. Ou, se fosse mecânica clássica a teoria freudiana, a lacaniana seria *topologia n-dimensional* e a kleiniana, a hipótese da *sopa de elétrons* pós-Big Bang. Em suma, nem conversa natural, a sessão; nem a teoria, descrição de fatos observáveis.

Devemos encarar isso como evolução ou desvio? Esta não era a questão, para mim ao menos. Era visível, já naqueles distantes anos 1960, que resultados psicanalíticos podiam ser alcançados por kleinianos e lacanianos, por freudianos ortodoxos, pela psicanálise do *self*, pelos bionianos etc. A perda de naturalidade da sessão face à conversa comum, aliás, nada mais representa senão o desenvolvimento já sinalizado pela prática de Freud, cujas sessões só parecem tão naturais, porque vistas retrospectivamente por nossos olhos habituados a estranhezas maiores. Então, elas não deviam parecer nada naturais. O método de tratamento psicanalítico sempre se pautou por regras bem precisas: de *setting*, de técnica e de teorias interpretantes, com ordem de generalidade, de origem e de abstração muitíssimo diversas.

As questões que me intrigavam eram outras. Como, partindo de teorias radicalmente discrepantes e seguindo técnicas tão diferentes, as análises podiam produzir resultados comparáveis, para lá das meras diversidades de estilo e capacidade pessoal dos analistas? Qual seria, pois, o método da Psicanálise? E não só no sentido de método terapêutico, como se diria método quimioterápico ou método de cura natural, porém na acepção de método científico. A Química tem o seu, como tem o seu a História e, permitindo-me vocês certo alargamento da classificação (positivista) de ciência, a Literatura também tem seu método, além de inúmeras técnicas. Várias técnicas, mas um método geral para cada ciência, ou, em certos casos, para cada setor maior de uma ciência. O caráter cada vez mais *artificial* das análises, no sentido de artístico e de técnico, deixava claro o funcionamento de um motor muito especial a movimentar as diversas técnicas poéticas, do *haikai* lacaniano à ópera kleiniana. Qual seria ele, onde o poderia procurar?

Método e teoria

E aqui chegamos a uma passagem delicada em nossa trilha, pois o que direi em seguida pode despertar uma natural relutância em seus espíritos, que só a boa vontade e a curiosidade em compreender um pensamento diferente possam talvez vencer, de modo a permitir-lhes suspender o juízo. Como já creio ter deixado implícito na aula anterior, pessoalmente não acredito ser demonstrável boa parte das teorias psicanalíticas. Nossas teorias são muito heterogêneas, algumas se referem, de forma conjectural, a épocas da vida individual quase completamente inacessíveis – pelo menos o bastante para que não as possamos sequer refutar. Outras conjecturas são só modelos do psiquismo, úteis para um caso e não para outro. Outras são coleções de fatos observados que o tempo confirmou, mas não são teorias, falta-lhes abstração e procedimento

reprodutivo. Por fim, a maioria se apresenta como opiniões; e, mesmo quando assim não se apresentam, são aceitas como opiniões, tanto que os analistas se permitem escolher suas correntes e, dentro delas, as teorias prediletas – o que, convenhamos, não é lá muito comum noutras áreas do conhecimento.

Não pondo fé na comprovação objetiva da maior parte das teorias de fundamento, mas sem perder um grão de confiança na evidência clínica, era natural que tentasse identificar qual o motor intrínseco desta última, que a movia no sentido da cura, permitindo-lhe produzir efeitos facilmente reconhecíveis, apesar da insuficiência das justificativas teóricas. A esse motor comum, a essa operação essencial, propus-me chamar de *método*, fundindo os sentidos de método terapêutico, método científico e *método artístico* (como se diria no teatro: *método Stanislavski*).

O resultado talvez lhes pareça intrigante, como a mim parecia de início, mas nada tão grave que uns minutos de reflexão não permitam reconhecer a lógica e uns anos de emprego, a utilidade. Cheguei, pois, à conclusão que, em essência, a análise parecia funcionar por *ruptura de campo*. O diálogo entre paciente e analista, quaisquer que sejam as técnicas empregadas, é constantemente aprisionado pelas mesmas redes que limitam drasticamente a liberdade psíquica do paciente, fato notório para qualquer analista. Sentimos sua presença sem dificuldade, apenas não podemos dizer em que consiste o inconsciente aprisionador. Hipóteses gerais sobre sua natureza num caso particular não apenas sucumbem à incerteza de nossas teorias, como produzem o mesmo efeito deletério que dá origem às divergências entre as escolas psicanalíticas. Dado o extraordinário potencial sugestivo do ambiente da análise, sobre o paciente, mas também sobre o analista, a simples coerência de uma teoria molda de imediato a situação transferencial, autodemonstrando-se espontaneamente. No entanto, mesmo essa

eventualidade, como tenho podido observar inúmeras vezes, afeta mais o estatuto da teoria e o valor da investigação do analista, que a eficácia do tratamento propriamente dito. Interpretações fundadas em teorias objetivamente bastante discutíveis parecem produzir, não obstante, efeito psicanalítico adequado.

Vocês podem aquilatar sem dificuldade a perturbação causada em mim por esta última constatação. Minha primeira impressão – não se esqueçam de que estava ainda me introduzindo na profissão – foi de espanto e desânimo. Com que então a experiência clínica tampouco demonstra a teoria? A ideia do método de ruptura de campo, que logo explicarei melhor, veio porém em meu socorro, da mesma forma que havia servido para mostrar o problema. Se a eficácia de uma interpretação não decorre de sua validade teórica nem a garante consequentemente, talvez, apesar de tudo, a teoria não seja de fato indiferente à clínica. Podia dar-se que eu estivesse usando critérios veritativos inapropriados para a teoria psicanalítica. Claro, a solução simplista de negar valor científico à Psicanálise, reduzindo-a a uma práxis terapêutica, nem sequer me passava pela cabeça: se assim fosse, em poucas décadas poderia extinguir-se, enquanto uma ciência dura, a rigor, o mesmo que a cultura onde surgiu.

A solução do impasse não demorou a mostrar sua face. Em primeiro lugar, por que uma teoria fraca pode ainda assim gerar interpretações fortes? Porque, corretamente empregada como interpretante, uma teoria funciona como um... interpretante; ou seja, compreende o discurso do paciente num registro distinto ao de sua enunciação.¹⁵ Ou, para usar os termos da Teoria dos Campos,

15 O conceito de interpretante, como aqui definido, foi apropriado e estabelecido por Herrmann, permitindo o esclarecimento sobre o uso fixo de teorias para

embora estando sob o influxo do campo, do inconsciente relativo proposto pelo paciente, o analista o apreende também noutra campo, mesmo que oferecido por uma crença teórica discutível. E não é o acerto objetivo da teoria geral, mas a tensão imposta ao campo pela interpretação que pode desencadear sua ruptura. Logo, para recuperar o valor da teoria psicanalítica, tudo o que restava a fazer era encontrar o sentido de verdade derivado de nosso método. A formulação em si nem sequer era demasiado difícil. Verdade teórica, no sentido adequado ao método psicanalítico, é simplesmente o fato de uma proposição ter nascido da interpretação e ser capaz de dar sentido às interpretações seguintes. Durante uma análise, certas interpretações constituem uma prototeoria do caso, que depois se vai modificando e aprimorando; às vezes desemboca numa teoria conhecida, outras não, mas sempre com diferenças e peculiaridades, que são sua riqueza. Creio que, com maior ou menor clareza epistemológica, quase todos os analistas chegam a conclusões parecidas, ao longo de sua carreira.

Para saber se uma noção epistemológica é útil, o caminho mais natural consiste em observar o que ela proíbe. Esta proíbe, antes de tudo, que se atribua qualquer sentido não interpretativo a nossas teorias. Não podem ser reificadas, tomadas como fatos internos, independentes da condição de sua descoberta clínica. Dizer que tal ou qual coisa se passa na infância precoce, sem mencionar as condições da análise em que se descobriu, está fora das regras, por conseguinte. Tampouco é possível generalizar ou fazer derivar uma teoria de

a compreensão da comunicação do paciente. Tal uso implicou, na clínica, um movimento tautológico para a interpretação, que encontra do dito do paciente o ponto teórico de que parte o analista, definido por Herrmann como o uso canônico das teorias, tal como o cânon da missa, que é fixo e imutável. Ver “Do interpretante”, nono capítulo da 2ª parte de *Andaimos do Real: O Método da Psicanálise*, op. cit. (LH)

outra, a não ser pelo próprio procedimento de ruptura de campo. A ligação entre uma teoria e outra, no caso da Psicanálise, não pode passar por um conectivo lógico, tal como o de implicação (“→” *se isto, então aquilo*), mas por uma interpretação, por uma ruptura de campo, se me estou fazendo claro. Em seguida – o que tem sido até mais difícil de ver aceito pelos psicanalistas, em minha experiência de ensino da Teoria dos Campos –, nosso método afirma que a interpretação psicanalítica não é aquilo que o analista diz, mas sim o acontecimento, a própria ruptura de campo. Tentamos de muitas maneiras romper um campo, mas quando acontece, não é fácil saber por que se rompeu; e, ainda pior, só temos ideia de qual campo se tratava, quais suas regras de organização, ao se dar a ruptura.

De qualquer modo, o princípio tem-se mostrado consistente: teorias derivadas da ruptura de certo campo são válidas para esse campo, seu domínio veritativo é *coextensivo* ao campo originário. A generalização depende de sucessivas operações interpretativas. Como disse antes, a formulação, conquanto um pouco abstrata, é razoavelmente simples. Sua aplicação, porém, demandando uma depuração constante das teorias reificadas e a criação rigorosa de outras tantas, com certificado de origem interpretativa, tem-me tomado toda a vida. Por felicidade, já que mal e bem são estrelas gêmeas ao redor das quais orbitamos, o método de ruptura de campo é tão severo na proibição de conjecturas sobre o funcionamento psíquico quanto heurísticamente generoso em oferecer alternativas, como logo veremos.

Ruptura de campo

Antes, porém, devo esclarecer melhor o que ocorre na clínica. Nosso paciente fala, nós o escutamos. Sabemos estar presos num campo limitante, que ainda desconhecemos. Escutamo-lo, porém,

atentos a sentidos marginais, a sinais de desconformidade com o assunto. Sobretudo, nós o escutam os obliquamente, pois tanto quanto estamos sentados numa poltrona, estamos também assentados noutro móvel, nas prototeorias resultantes de interpretações anteriores. É a partir desse ponto de vista oblíquo que aplicamos leves toques emocionais, explorando aqui o duplo sentido de uma palavra, que pode aludir a um acontecimento analítico anterior, ou ressaltando acolá a presença de uma emoção discrepante, que talvez remeta àquela outra sessão que nos veio à mente. Quando ocorre a ruptura de campo, porém, ou seja, quando ocorre a interpretação, não há como deixar de o perceber. O campo inconsciente provê o paciente de alicerce representacional; quando se rompe, ele experimenta um momento de confusão, pois está em trânsito de uma a outra representação de si e do analista. Costumo chamar a essa condição de *expectativa de trânsito* – expectativa do trânsito entre representações. Em si, a expectativa de trânsito é apenas um vazio representacional, um escorregão no nada, vivido no mais das vezes com angústia. O fenômeno positivo que a ocupa, por outro lado, não se deixa ignorar. A desorganização da estrutura do campo, cuja ação antes o ocultava perfeitamente, faz com que seus componentes aflorem à consciência (que ele já não consegue determinar), sob forma de representações um tanto deslocadas e impróprias, convocadas da periferia representacional e relacionadas entre si por restos da *lógica de concepção*, da lógica emocional do campo inconsciente, avessa à consciência, mas que concebe suas ideias. Surgem misturadas, de maneira a lembrar a figura de um *vórtice*, de um *vórtice representacional*. Então, é sumamente importante que o analista esteja atento, mas que procure interferir o menos possível, mesmo que a tentação de pôr ordem na casa seja grande. Quase tudo o que temos a aprender de uma análise surge aí, nos momentos de *vórtice*. A última coisa que desejaríamos seria interromper esse precioso fenômeno psicanalítico. Embora,

refletindo sobre sua experiência clínica, vocês mesmos possam testemunhar quão forte é o desejo de o fazer. Penso às vezes se o conselho de Bion a respeito da abstenção de desejo não se referiria sobretudo à tentação de interromper o vórtice.

Por que se rompe um campo?

Essa série de ocorrências clínicas – campos, ruptura de campo, expectativa de trânsito, vórtice representacional – é tão característica e tão central na prática analítica que lhes proponho ver nela a essência de nosso trabalho. Porém, quase posso ouvir uma objeção intrigada: *se isso tudo que você diz ser a essência da análise acontece sem que se saiba exatamente como, que faz o analista, senta e espera?* Não é bem assim, evidentemente. Mas, se os tiver levado a formular esta dúvida, é sinal de que estamos nos entendendo. De hábito, pensamos que o analista resolve um problema na sua mente, orientado por suas teorias, e comunica a solução ao paciente. Se assim fosse, não entenderíamos por que um campo se rompe ou um sintoma se resolve, a menos que pudéssemos imaginar que o inconsciente, como a esfinge tebana, ao ver solucionado seu enigma, decida suicidar-se de puro despeito. Tal comportamento antropomórfico só se poderia esperar de uma espécie de consciência paralela; nunca de um campo estrutural, que é só o lado do avesso da própria consciência que determina.

Que se passa, então? Os inconscientes, os campos com que a clínica nos depara, são capazes de organizar quase qualquer representação que neles ocorra, precisamente porque inviabilizam as mais ameaçantes e denunciadoras. Experimentem mostrar a um paciente obsessivo a agressividade que recheia suas manobras bondosas para poupar sofrimento ao outro. Verão que não os entende; depois, caso insistam, ele explicará longamente que, por falta de clareza, não se soube fazer entender – culpa dele, claro. Por fim,

se a insistência ultrapassa o limite do razoável, quase certamente ele os acusará de o tentar enlouquecer. Então, serenado pelo recuo atônito do analista, é provável que se recrimine por haver pensado, *erradamente*, que este o queria enlouquecer. O que terá sido uma pena, pois não estava errado, estava certíssimo: o analista queria enlouquecer não seu paciente, decerto, mas esse campo da bondade obsessiva. Campos são organizações poderosas que formam o solo de cada consciência e decidem que vegetação pode ou não pode nela crescer. Determinam o sentido permissível das representações, das palavras, dos sentimentos. A denúncia de uma bondade destrutiva é estruturalmente ameaçadora. Nesse campo não se pode sequer admitir que exista semelhante coisa.

Podemos pensar um campo como uma organização gestáltica, cuja força decorre da *boa forma* – boa para ele, é óbvio. Para que uma interferência seja aceita, tem de nascer do próprio sistema, pela introdução de pequenas, quase imperceptíveis contradições. Numa palavra, é forçoso que o paciente pronuncie a interpretação, mesmo sem saber que o faz. Sendo o avesso da consciência, o campo emite mensagens de duplo sentido, que contêm, como uma espécie de *Post Scriptum* emocional, as diretrizes para sua (incorreta) tradução. Ou, como diriam os mais atualizados, um e-mail, portando seu programa de leitura, além de um ou outro vírus ocasional. Nosso paciente, melhor até que os ingênuos consulentes do oráculo délfico, profetiza ele mesmo a sentença que é incapaz de traduzir, pois aquele setor de seu desejo encarnado no campo presente o proíbe terminantemente. *Se deres combate, destruirás um grande reino* – e Cresos, surdo pela *hybris*, dá combate e destrói o seu. Ou, ainda melhor, este outro vaticínio célebre: *Ibis, redibis, non morieris in bello* (irás, voltarás, não morrerás na guerra). Como nossos pacientes, dificilmente o rei Cresos teria escutado seu analista antes do desastre; só lançando mão de extrema economia de meios, cujo modelo perene é a disruptiva pontuação dessa sentença

sibilina (*Ibis, redibis non, morieris in bello*), pode um analista ter a esperança de partejar o sentido contraditório de um campo. Dito de outro modo, uma interpretação, para a Teoria dos Campos, não é explicação, conselho ou tradução. É uma pequena interposição de sentido que faz com que o próprio paciente se denuncie e escute sua denúncia.

Exemplo clínico

Exemplos clínicos concretos sempre oferecem o problema da extensão excessiva. Como não é possível avançar sem um ao menos, permitam-me mencionar um dos mais breves e econômicos de quantos já se passaram em meu consultório, o qual, por isso mesmo, repito de quando em quando. Certa paciente, numa fase de sua análise, testa minha escassa capacidade imaginativa com um material fragmentário ou aparentemente inócua, como se seu único objetivo fosse o de me forçar à prática da arte da interpretação: *vamos ver se mata esta charada?* Umás vezes, tento dizer algo inteligente, outras, eu me calo. Naquela sessão, fala de mulheres que se encontram em dificuldades, por se terem divorciado. Ela mesma está separada, mas não se conta entre as sofredoras. Não tento mostrar-lhe o concebível mecanismo de projeção, que em nada daria. Apenas assinalo: *mulheres em dificuldade*. Decepcionada com minha resposta tosca, ela retruca interrogativamente, em inglês: *so?* – como a dizer: e daí? Acontece que *so*, como alguns de vocês talvez saibam, soa praticamente igual ao português *sou*, que significa *I am*. Respondo-lhe apenas: *sim, você é*. Ela, espantada: *o quê? Mulher* – completo – você não disse: *sou*? Na sequência, ainda em vórtice, como diríamos, ela lembra que sua única dificuldade nas tarefas de mulher é mexer com carne crua, o que a repugna. Arrisco perguntar absurdamente, porém seguindo a lógica de concepção da sua produção psíquica: *mulher então é*

carne crua? Ela fica perplexa por um instante, mas, logo em seguida, recorda-se de uma fantasia, antiga e impertinente, de ser a mulher um bife dobrado, que às vezes sangra, na menstruação.

Como se pode notar neste exemplo, é a paciente quem pronuncia a interpretação, embora o analista a provoque com um toque (*sou?*) e a impeça de afastar-se das alusões identificatórias (*mulher é carne crua?*). O campo sabe defender-se muito bem de explicações de sentido, torcendo-as, inquirindo para ganhar tempo, mas é impotente diante de sua própria manifestação instantânea. A ruptura do campo, neste caso, como em todos, aliás, traz à tona representações que mostram suas regras ocultas. Depois, bem depois de o vórtice nos haver entregado seus tesouros, é quando podemos formular a interpretação costumeira se necessário, a explicação de um funcionamento mental particular. Mas, creio que concordarão comigo que qualquer explicação posterior mais completa, mesmo a que costumamos chamar de interpretação, não terá sido o motor essencial da descoberta. Prefiro, por conseguinte, chamar de *interpretação* a esse gênero de *ato falho a dois*,¹⁶ que move a análise, reservando à explicação o nome de *sentença interpretativa*.¹⁷ Quando dizemos, com certo orgulho: *então, interpretei a meu paciente que ele* etc. – estamos em geral cometendo uma inversão de causa e efeito, um *hysteron proteron* equivocado, pois o campo jamais aceitaria a explicação, a menos que esta já proviesse de sua ruptura. Caso contrário, se aceita explicações, é de recear que tenha ocorrido uma simples sugestão

16 Cf. Herrmann, F. “Nossa clínica”. In *Introdução à Teoria dos Campos*, Casa do Psicólogo, 2004, 3ª ed., cap. 17. (L H)

17 Ver Herrmann, F. “A arte da interpretação”. In *Clínica Psicanalítica: A Arte da Interpretação* (Casa do Psicólogo, 2003, 3ª ed., cap. 6). É nesse livro, desde sua 1ª edição de 1991, que está discutida a ideia de distinguir interpretação de fala do analista. A esta, chama sentença interpretativa. (L H)

(e não uma descoberta), sustentada pelo poder transferencial do analista e de suas teorias. A tendência a atribuir certa mudança psíquica à explicação posterior é compreensível. Primeiro, porque nos envaidece tê-la produzido. Segundo, porque outorga à sessão um aspecto racional. Todavia, convém não esquecer o ditado que desde a antiguidade se reserva a esse gênero de ilusão: *o carro puxa o boi, nesse caso*.

O exemplo clínico que lhes apresentei, por sua inusual simplicidade e clareza, pode conduzir a alguns equívocos. Em primeiro lugar, o *ato falho a dois* – que, com toda a honestidade, considero ser a chave-mestra da interpretação psicanalítica –, aqui está representado bem demais, pois o *so* da paciente é quase um *lapsus linguae* na acepção clássica, um *slip of the tongue* de um idioma a outro. Poderia dar a entender que dou um privilégio especial ao significante e à sessão curta, ao modo de Lacan. Não é bem isso. No mais das vezes, no processo interpretativo, trata-se de um lento e complicado emaranhado emocional a destrinçar, e o ato falho a dois culmina o paciente trabalho de artesanato espiritual. A propósito, se o narrasse num *tempo* diferente – um *largo* e não um *allegro*, tempo longo e não tempo curto –, vocês teriam o exemplo neste mesmo caso, visto sob outra óptica e escutado noutra andamento. Nem é verdade que a ruptura de campo costume ser um susto ou uma frase surpreendente, embora o resultado seja, via de regra, surpreendente e, não raro, assuste as duas pessoas envolvidas no assunto. O vórtice nem sempre sobrevém a uma crise abrupta da consciência, como aqui. Pode ser longo e repetido. Na realidade, tenho constatado que aquilo a que Freud chamava de *livre associação* jamais acontece naturalmente; quando surge, já se trata de um fenômeno de vórtice, não devido a alguma interpretação em especial, mas aos seguidos abalos da identidade que sucessivas rupturas de campo deixam como resíduo, a uma espécie de *clima interpretante*. Razão pela qual prefiro classificar a livre

associação como *fenômeno de vórtice basal*, em vez de a considerar *regra fundamental*.¹⁸

Parte desse dilema analítico entre o súbito e o lento procede, como a investigação metodológica o demonstrou, da presença concomitante de três andamentos, ou *tempos*, no tratamento. Segundo o sistema teórico e o estilo pessoal de cada analista, a descrição do processo pode enfatizar mais, ou quase exclusivamente, um deles. No *tempo longo*, a análise praticamente se confunde com a história do paciente; descreve-se a convocação da história pelo *campo transferencial*. Freud dominava esse estilo com maestria inigualável; seus históricos têm nitidamente cara de paciente, não cara de análise. O *tempo médio* é onde se passa o drama da transferência e o duelo emocional de sua interpretação. Para associá-lo a uma personagem influente, diria que Melanie Klein e os kleinianos especializaram-se nesse gênero descritivo, por assim conceberem o processo analítico, como palco de emoções. Lacan poderia ser o patrono do *tempo curto* – o que não se deve confundir com sua proposta de *tempo lógico*. Não que dele tenhamos recebido uma farta seleção de material clínico, mas porque suas concepções técnicas privilegiavam o tecido da fala psicanalítica. E é isso o tempo curto: é o tempo da palavra na sessão.¹⁹

A propósito, embora meu gosto pessoal pelas escolas seja absolutamente irrelevante para o tema, de vez em quando desperta curiosidade, e leva um ou outro ouvinte a procurar pistas nas referências que faço. Isso é desnecessário, pois é muito fácil esclarecer.

18 Ver Herrmann, F. “Nossa clínica”. In *Introdução à Teoria dos Campos*, op. cit., p. 206. (L H)

19 A concepção de três tempos no trabalho analítico está desenvolvida no livro *Introdução à Teoria dos Campos* (op. cit.) como específica psicopatologia psicanalítica. Capítulo 15, “Psicopatologia”. (L H)

Sou antiescolástico por princípio, mas, como é evidente, aprecio os autores psicanalíticos. Do ponto de vista clínico, Melanie Klein e Lacan são inspirações que jamais desprezaria; porém, na medida exata e na forma irreconciliável em que cada qual é freudiano. E Freud em especial, como investigador da psique. Parafrazeando Somerset Maughan, diria que a psique *é um enigma que comparte com o universo o mérito de não ter resposta. (It is a riddle which shares with the universe the merit of having no answer.)*

Método e investigação psicanalítica

Por último, porventura o mais grave equívoco, seria a impressão de que o método de ruptura de campo apenas se aplica às sessões. Trabalhando parte do tempo com pesquisa acadêmica, sou constantemente assediado pela pergunta: *o método psicanalítico pode ser usado fora do consultório?* Parte da questão é irrelevante, diz respeito simplesmente à nossa *trademark*: pode-se chamar de análise o que se dá fora da moldura, ou *setting*, fora do divã? Outra parte, todavia, é séria, muito séria. Se a interpretação vem do paciente, ou de um ato falho a dois, não será absurda uma interpretação psicanalítica da obra de arte – e este é um dos temas prediletos das teses universitárias –, serão válidas uma interpretação da cultura, de uma patologia social, do quotidiano? Sim, sim! Freud fazia tudo isso, não é verdade? Ousaríamos nós plagiar o episódio do *Grande Inquisidor* de Dostoiévski, condenando Freud à morte? Não, não!

Respondida retoricamente a questão, vamos agora ao que importa. O método de ruptura de campo, essência da Psicanálise, aplica-se igualmente à análise da psique em geral? Retirando os pontos de exclamação, a resposta será sim. E não. Não, se confundirmos interpretação com sentença interpretativa. Interpretações

explicativas sempre acertam. Principalmente interpretações canônicas, quando aplicam um cânon teórico a algum fato concreto, que não tem voz para protestar. *Tant pis pour le fait*. Mas, a resposta é sim, se o que temos em mente é o método de ruptura de campo. Nessa acepção precisa, a interpretação psicanalítica apenas sublinha certos sentidos marginais, que a ação do campo mantinha em descrédito e isolamento, terminando por romper a barreira semântica de seu ostracismo. A descoberta freudiana da sexualidade infantil é um bom exemplo de ruptura do campo que mantinha as manifestações sexuais da criança à parte das demais. Qualquer uma de suas grandes interpretações culturais, como o “Mal-estar na cultura”, ou das menores, como a “Descoberta do controle sobre o fogo”, servem igualmente ao propósito de ilustração do método psicanalítico fora do tratamento. Mesmo o exemplo dado na aula anterior, acerca do *regime do atentado*, presta-se a mostrar, nas pegadas de Freud, como a ruptura do campo que isola patologia individual e organização política pode, em determinados setores e com extrema cautela, produzir a iluminação recíproca de problemas aparentemente desconexos.

Nos últimos anos, com a multiplicação das pesquisas acadêmicas dentro da Teoria dos Campos, essa argumentação de princípio recebeu a única comprovação convincente: a prova factual. Investigações pelo método psicanalítico têm estudado desde situações clínicas no hospital geral – especialmente no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo –, passando pela análise de condições da sociedade, algumas já referidas na aula anterior, até questões de alta teoria, como a posição do sujeito na Psicanálise (a que chamamos de *Homem Psicanalítico*),²⁰ a dimensão temporal inerente à cura

20 O conceito de Homem Psicanalítico é tratado tanto no capítulo introdutório de *Andaimos do Real: O Método da Psicanálise*, op. cit., como no capítulo 2,

psicanalítica, os efeitos da condição traumática da *psique do real* introduzida pela ameaça de destruição da humanidade etc.

Na minha opinião, a descrição do método de ruptura de campo não corresponde a uma descoberta da Teoria dos Campos, sendo antes a recuperação de um patrimônio que esteve sempre à mão, implícito na atividade dos analistas, e quase explícito, apenas não explicitado, na invenção da Psicanálise por Freud. A psique transmitida pela obra freudiana possui a forma do método de ruptura de campo, na mesma medida em que o universo físico, como hoje o concebemos, espelha a forma do método da Física – o que responde, enfim, à questão delicada de saber se é ou não demasiado ambiciosa a afirmação de ser a Psicanálise uma ciência geral da psique. Enquanto *horizonte de vocação* de nosso conhecimento não o creio absurdo.

Psique não é sinônimo de comportamento observável, é interpretação por ruptura de campo. Nas ciências, como nas artes, a natureza do respectivo universo não é nada natural, é um pacto infernal entre coisa e método. *Aquaeronta movebo*, escolheu Freud. Pois bem, no caso da Psicanálise, o parentesco entre método e objeto é tão profundo, que costumo me valer da expressão *espessura ontológica do método*,²¹ para designar essa endiabradamente malcomportada e ainda misteriosa confluência entre a Psicanálise e a psique humana, duas faces da mesma moeda. Ou, se preferirmos um símbolo freudiano, as duas metades do óbolo devido a Caronte...

“Uma teoria para a clínica”, do livro *Clínica Psicanalítica: A Arte da Interpretação*, Casa do Psicólogo, op. cit. (L H)

21 Cf. Herrmann F. Introdução in *Andaimes do Real: O Método da Psicanálise*, op. cit., p. 30: “Devemos conceder ao método da Psicanálise um estatuto singular, híbrido, operação do analista, mas estrutura psíquica do paciente, dotado de certa espessura ontológica: é a operação que recupera a constituição psicológica que a originou”. (L H)



Clique aqui e:

[Veja na loja](#)

Sobre os fundamentos da psicanálise

Quatro cursos e um preâmbulo

Fabio Herrmann

ISBN: 9788521211044

Páginas: 504

Formato: 14x21 cm

Ano de Publicação: 2017

Peso: 0.541 kg
